



TJPR
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO PARANÁ



Comitê Interinstitucional de enfrentamento ao covid-19 no sistema socioeducativo

Ata de Reunião

Reunião on-line

Data: 04 de março de 2021.

Início: 14h00min.

Participantes

Tribunal de Justiça do Estado do Paraná Des. Ruy Muggiati - Supervisor do GMF Dra Noeli Salete Tavares Reback, Juíza Coordenadora Estadual - CIJ/TJPR Dra. Luciana Assad Dra. Fábio Brandão - Corregedoria de Justiça Kleber Humberto da Silva - Assessoria do GMF CNJ/PNUD - Fazendo Justiça Dra. Juliana Marques Resende Ministério Público do Estado do Paraná Dr. Luciana Linero Defensoria Pública do Paraná ----- OAB/PR -----	Secretaria de Segurança Pública - SESP Dra. Eliete Aparecida Kovalhuk CEDCA ----- DEASE - Departamento de Atendimento Socioeducativo (SEJUF) Cel. David Antonio Pancotti Alison Adalberto Batista, responsável pela Divisão de Vagas e Informações Carla Pereira Navarro Lins - Divisão de Saúde Andrea Kravetz - Divisão Educacional
---	--

Assuntos da Pauta

1. Aprovação da ata da reunião anterior
2. DEASE - atualizações - vacinas unidades socioeducativas
3. DEASE - Encaminhamento para implementação das ações educacionais e pedagógicas previstas para 2021 nas Unidades Socioeducativas.
4. Capacitação CNJ/Fazendo Justiça: Políticas Pós cumprimento de medidas socioeducativa
5. Assuntos Gerais

Desenvolvimento da reunião

O Desembargador Ruy Muggiati iniciou a reunião e em seguida passou a palavra à Dra. Noeli Reback para a condução dos trabalhos, que submeteu a pauta do dia 18 de fevereiro de 2021 para aprovação, a qual foi aprovada pelos membros. Na sequência, informou que os trabalhadores da Unidade socioeducativa de Ponta Grossa receberam a primeira dose da vacina contra o coronavírus. Passou a palavra ao DEASE.

Cel. Pancotti informou que a pandemia proporcionou ao sistema socioeducativo, aos

servidores, uma aproximação e um engajamento na busca de alternativas e novas ações voltadas ao sistema;

Carla Lins ressaltou que o momento pandêmico fez com que as unidades buscassem a reinvenção de suas ações; informou que na data de hoje, 3 adolescentes são considerados suspeitos de terem covid-19 (2 no CENSE Cascavel I e 1 no CENSE São José dos Pinhais), com sintomas leves; servidores: 1 agente positivo no CENSE Cascavel II, 1 terceirizado positivo e 1 Assistente Social com suspeita; CENSE Fazenda Rio Grande: 1 enfermeira e um agente com suspeita; CENSE Foz do Iguaçu: 1 agente suspeito; Laranjeiras do Sul: 1 agente suspeito; Londrina I: 1 agente suspeito; Londrina II: 1 técnico administrativo com suspeita; CENSE Paranavaí: 3 profissionais positivos; CENSE Ponta Grossa: 1 agente e 1 terceirizado com suspeita; CENSE Toledo: 1 agente com suspeita; CENSE Umuarama: 3 profissionais com suspeita; CENSE São José dos Pinhais: 1 agente e 1 Assistente Social positivos; CENSE Pato Branco: 1 terceirizado positivo. Informou ainda que vários profissionais de diversas unidades estão sendo imunizados em seus municípios;

Andrea Kravetz submeteu ao comitê as questões de contratações necessárias às ações pedagógicas e de capacitação para os adolescentes, destacando que a implementação das ações se dará de forma gradativa; informou sobre a existência de contratos com empresas que executarão as oficinas de karatê e outros cursos de qualificação profissional e programas de aprendizagem, os quais foram assinados em dezembro de 2020 e vem passando por prorrogações. A realização dessas atividades se dará respeitando protocolos de segurança sanitária e de saúde, sendo que cada turma será composta de no máximo 4 adolescentes; informou do estabelecimento de um cronograma para início dessas atividades, iniciando com reuniões “on line” para o dia 18 de fevereiro com as unidades socioeducativas e início das atividades previstas para 19 de março de 2021, porém, sendo suspensas devido ao decreto estadual em razão da pandemia; a reformulação do cronograma prevê o retorno a partir de 05 de abril de 2021; o Proeduse está em execução desde outubro de 2020, de forma presencial e com autorização da SEED para ser executado durante 2021; o programa de aprendizagem nos municípios também iniciará a partir de 05 de abril e as atividades práticas do programa foram orientadas para que sejam realizadas nas áreas administrativas das escolas da rede estadual e núcleos de educação do estado, tendo a escola como espaço de inclusão dos adolescentes, inserindo eles em atividades correlacionadas com os cursos de qualificação que recebem das empresas. Solicitou o posicionamento do Comitê em relação à viabilidade dessas ações ou sugestões de outros encaminhamentos;

Cel. Pancotti informou que a submissão dessa programação ao Comitê seria para obter apoio em razão de questionamentos que vem recebendo do Ministério Público sobre essas atividades em tempos de pandemia;

Dra. Luciana Linero demonstrou preocupação com a prorrogação do início das atividades educacionais e de qualificação profissional, sugerindo que se pense juntamente com a SESA a execução parcial de alguns dessas atividades, de forma híbrida ou virtual, mas que ainda essas questões precisam ser submetidas ao CEDCA e ao PGE para buscar garantia jurídica da prorrogação do início desses contratos; destacou que algumas atividades como de qualificação, que sejam de ordem teórica, possam ser iniciadas em modalidade semi-presencial, com avaliação da SESA, que tem competência técnica para avaliação das questões de saúde;

Dra. Noeli reforçou as preocupações trazidas pela Dra. Luciana;

Cel. Pancotti informou que reuniões foram realizadas com PGE e com setor jurídico para garantir a segurança jurídica das prorrogações contratuais;

Andreia Kravetz também informou que não foram emitidas ordens de serviço e apenas uma pré-organização com as empresas e as unidades socioeducativas em relação às ações que serão desenvolvidas. Os contratos passam a ter vigência por 12 meses a partir do início da execução. Afirmou que o modelo híbrido de atividades não seria possível em razão da necessidade presencial nas ações de qualificação profissional, pois exige ambientes simulados e para as práticas e como saída, houve diagnóstico por unidades do que seria possível

implantar. Sua preocupação de não iniciar as atividades pode ser a caracterização de suspensão contratual, levando as empresas a rescindirem os contratos, sendo necessário um início gradual, para garantir os contratos. Todos os cuidados foram na direção de que cada turma trabalhe com 4 ou cinco adolescentes no máximo, em turmas pequenas. Em relação ao financiamento, as turmas que não forem implementadas e sobrando recursos, estes serão devolvidos ao CEDCA;

Dra. Noeli reforçou que o comitê não tem conhecimento técnico para avaliar a proposta de execução das ações pedagógicas e de qualificação profissional, cabendo aos órgãos competentes essa avaliação (SESA e Vigilância Sanitária), aliadas às condições estruturais das unidades em aplicarem protocolos de higiene e segurança sanitária para proteção dos adolescentes. Questionou a possibilidade de estabelecimento de prazos para verificação com a SESA buscando respaldo para a execução das ações;

Dra. Luciana Linero ressaltou a importância de propostas para a execução das ações, tendo em vista a necessidade de aplicação de atividades aos adolescentes, com adaptações das propostas pedagógicas, necessitando do aval da SESA para identificação das atividades que poderiam ser executadas com os cuidados, sem contatos físicos;

Andreia Kravetz reforçou que as empresas estão cientes, que as ações são propostas com adaptações para evitar contatos físicos, a exemplo do Karatê, que serão executadas ações sem contatos físicos, bem como as demais atividades, respeitando distanciamento e planejamentos que respeitem os cuidados necessários;

Cel Pancotti informou que haverá consulta à SESA e à Vigilância Sanitária para amparar a possibilidade de realização das ações pedagógicas e de qualificação nas unidades;

Dra. Noeli trouxe como encaminhamento para a reunião do dia 18 de março de 2021 que seja trazida à consulta realizada junto à SESA, para facilitar a compreensão da forma que os cursos ocorrerão, bem como possam ser apresentadas outras possibilidades de realização de atividades pelos adolescentes. Na sequência pontuou a preocupação com os acompanhamentos dos adolescentes em semiliberdade, propondo que para a próxima reunião possam ser trazidos olhares para essa questão, de como pode ser trabalhada a semiliberdade;

Andreia Kravetz respondeu que a semiliberdade está incluída no programa estadual de aprendizagem, com garantia de vagas independente de estarem na casa ou de forma remota; também informou da parceria com SENAI com cursos que serão ofertados às casas de semiliberdade, vez que estão sendo ofertadas 500 vagas para o sistema socioeducativo;

Dra. Noeli organizou os encaminhamentos para que na próxima reunião o DEASE apresente a projeção e o formato dos trabalhos para o primeiro semestre bem como um levantamento das atividades realizadas durante março de 2020 a março de 2021 para a semiliberdade; também destacou a possibilidade de se pensar a retomada das visitas familiares aos adolescentes, com todos os cuidados necessários, inclusive para oferecer informações aos adolescentes quando questionarem as razões das ausências de visitas;

Dra. Luciana Linero pontuou a importância da oferta de bolsa aprendiz para os adolescentes do semiliberdade, destacando que a busca de possibilidades, adaptações para as atividades vai ao encontro da proteção aos adolescentes;

Cel. Pancotti informou que já tem escrito um planejamento de retomada das visitas para avaliação do comitê;

Dra. Noeli informou sobre o programa do DMF/CNJ - para adolescentes pós-cumprimento de medidas socioeducativas, em que participarão como designados pelo Tribunal o servidor Kleber Humberto da Silva e Dra. Cláudia Catafesta; solicitou à Dra. Eliete os dados estatísticos atualizados do sistema e o comparativo com os adolescentes e também os conteúdos das boas práticas do sistema, para a publicação nas mídias, conforme os planos traçados pelo Grupo de Trabalho específico;

Alison Batista apresentou Ofício recebido do Ministério Público que solicita o alinhamento

entre o DEASE e Tribunal de Justiça os encaminhamentos das decisões judiciais, como “Hebeas Corpus”, liminares e outras, expedidos após as 17h, para que se dê um encaminhamento. Informou que o DEASE está elaborando normativa para regulamentar esses encaminhamentos de cumprimento daquelas medidas na forma solicitada pelo Ministério Público.

Dra. Luciana orientou que a normativa do DEASE se pauta pela mesma normativa que possui o DEPEN;

Dra. Juliana Marques Resende informou sobre a realização do curso para os programas de pós medidas socioeducativas e que a partir dessa formação o Programa Fazendo Justiça pretende aproximar essa pauta das ações no sistema socioeducativo;

Des. Ruy Muggiati encerrou a reunião, informando que a reunião de repactuação do Programa Fazendo Justiça foi adiada em razão do quadro da pandemia. Destacou que o plano de ação do Programa Fazendo Justiça está sendo construído para o período 2021/2020 e assim que pronto será compartilhado com o comitê.

Encaminhamentos:

Pelo DEASE: a) apresentação de consulta realizada junto a SESA sobre as possibilidades de desenvolvimento das ações e atividades educacionais e de qualificação profissional na forma presencial proposta pelo DEASE; b) apresentação de projeção dos trabalhos para o primeiro semestre de 2021; c) levantamento das atividades realizadas durante março de 2020 a março de 2021 para a semiliberdade.

Agendada próxima reunião para o dia 18 de março de 2021, às 14h00min.